



**UNILAB**  
**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL**  
**DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**  
**CAMPUS DOS MALÊS**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

**LENIRA MENDES MONTEIRO GONÇALVES**

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA EM CABO VERDE: 2006-2016**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2017**

**LENIRA MENDES MONTEIRO GONÇALVES**

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA EM CABO VERDE: 2006-2016**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cláudia Cardoso Ferreira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

## **LENIRA MENDES MONTEIRO GONÇALVES**

### **PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA EM CABO VERDE: 2006-2016**

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

DATA DE APROVAÇÃO: 31/07/2017

#### **BANCA EXAMINADORA**

##### **Maria Cláudia Cardoso Ferreira – Orientadora**

Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – FGV

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

##### **Cristina Teodora Trinidad – Examinadora**

Doutora em Educação: Psicologia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

##### **Deolindo Nunes de Barros – Examinador**

Pós-doutorado em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>DISCUSSÕES BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>16</b>
4.1	OBJETIVO GERAL	16
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
<b>5</b>	<b>QUADROS TEÓRICOS</b>	<b>17</b>
5.1	GÊNERO	17
5.2	PATRIARCALISMO	18
5.3	DESIGUALDADES DE GÊNERO	20
5.4	DIREITOS E CIDADANIA DAS MULHERES	20
5.5	DEMOCRACIA	22
5.6	PARTICIPAÇÃO POLITICA	24
5.7	TOMADA DE DECISÃO	24
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>25</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>27</b>
	<b>APÊNDICE</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa pretende investigar a participação das mulheres nas instâncias políticas nacionais de Cabo Verde, a partir da análise do protagonismo das mesmas nos centros das decisões, realidade que se tornou mais significativa entre os anos de 2006 e 2016. Proponho como objeto principal olhar as mulheres que atuam no campo da política, e que assumiram os espaços de tomada de decisão nacional, para analisar o aumento do número de mulheres na política cabo-verdiana e por outro lado, compreender os motivos que ainda dificultam uma maior participação, sabendo que há mecanismos para estimulá-las.

Cabo Verde é um país insular situado no meio do Atlântico, cerca de quinhentos quilômetros da costa ocidental da África, composto por dez ilhas e cinco ilhéus numa área de emersa de  $4.033km^2$ . Segundo a historiografia, Cabo Verde foi descoberto em 1460, sem indícios da presença humana, pelos portugueses à procura da expansão marítima do comércio no século XV. O arquipélago está dividido em dois grupos, sendo estes, denominado de Barlavento e Sotavento. O primeiro está localizado mais ao norte, é composto por Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada) <sup>1</sup>, São Nicolau, Sal, Boavista e o ilhéus nomeadamente de Branco e Rambos. O segundo se encontra situado mais ao Sul do arquipélago, é formado pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Secos e Rasos.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística - INE do censo 2015, o país tem uma população estimada de 520.502 habitantes, sendo a maioria jovem com a idade média de 23 anos. Ademais, a mesma fonte evidencia que as condições de vida dos agregados familiares refletem parcialmente o nível de desenvolvimento do país, através dos indicadores característicos da situação em que vivem as famílias cabo-verdianas.

A atividade econômica deste país se assenta na agricultura, pesca e turismo. Os grandes investimentos no turismo que iniciou na primeira metade de 2016, contribuirão para a diversificação do mesmo e conseqüentemente dará um impulso ao crescimento. Com isso espera-se que o aumento do Investimento Direto do Estrangeiro (IDE), junto com reformas políticas melhore o investimento dentro do país (THE WORLD BANK, 2016).

---

<sup>1</sup> Santa Luzia é desabitada, pois o solo não é fértil e o clima é desfavorável.

De modo geral, Cabo Verde é considerado um país estável a nível político e democrático, uma vez que nunca teve golpe de Estado e os direitos civis, em linhas gerais são respeitados. As eleições são consideradas livres e justas e os partidos no poder alterna regularmente. As últimas eleições parlamentares ocorreram em março de 2016, dando espaço a mudança constitucional do governo, dando à continuidade com a vitória do Movimento pela Democracia - MPD, até então na oposição do antecessor o Partido Africano pela Independência de Cabo Verde (PAICV) (THE WORLD BANK, 2016).

Entretanto, no que diz respeito aos papéis que as mulheres desempenham percebe-se que não são completamente visíveis, em outros campos sociais, a não ser na família. A sociedade cabo-verdiana é marcada por construções machistas e hierárquicas nas relações entre homens e mulheres que ficaram incutidas no imaginário social, de que o lugar da mulher é em casa (privado) e do homem nos lugares públicos.

Uma descrição da participação das mulheres na política em Cabo Verde revela que o país apresentou um número bastante baixo em nível das figuras femininas na política durante o regime monopartidário<sup>2</sup> e nenhuma mulher no cargo executivo. Com a abertura política em 1990, ou seja, com a presença da democracia essa realidade começou a se modificar, impulsionando a participação das mulheres nos órgãos do poder político em diversos meios (LOPES, 2014).

Desde o processo de independência podemos identificar a presença feminina. Nesta conjuntura política que as mulheres cabo verdianas tiveram dupla função, pois atuaram na luta armada e posteriormente, na luta pelos espaços que lhes eram vedados há muito tempo. Essa batalha veio principalmente após a independência, pois quando Cabo Verde conquistou sua liberdade, às mulheres foram esquecidas. Josefina Chantre afirma que, “[...] a participação da mulher cabo-verdiana na luta armada da libertação nacional não foi fácil, mas, mais difícil continuou a ser para mudar as mentalidades de muitos homens” (JOSEFINA..., 2012).

A partir dessa perspectiva, as mulheres começaram a se mobilizar, pensando na condição feminina cabo-verdiana em diversas áreas tais como social, econômico,

---

<sup>2</sup> “Monopartidarismo é conhecido como um período após a independência, onde existia um único partido em Cabo Verde que era o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC-CV), e esse vigorou até 1990, altura em que foram feitas as primeiras eleições verdadeiramente democráticas, tendo como vencedor o Movimento para a Democracia (MPD)”. (LOPES, 2014, p.10).

político e cultural. Foi nesse contexto que nasceu a primeira Organização das Mulheres em Cabo Verde (OMCV-1992). Posteriormente surgiram outras organizações tais como Organização da Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (MORAB-1992), Instituto Cabo verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG-1994), Associação das Mulheres Empresárias Profissionais de Cabo Verde (AMEPCV-1999) e Rede das Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV-2002). A implementação da lei de cotas em 1999 e atualmente o forte debate e luta presente na sociedade cabo verdiano é a aprovação da lei de paridade, cuja finalidade é a emancipação e empoderamentos da mulher cabo-verdiana contribuiu certamente para essa mudança de cenário, ainda que tímida, porém com objetivo de atingir a paridade política.

Com o novo panorama da educação na contemporaneidade, resultados das conquistas no âmbito dos direitos políticos, civis e sociais, observa-se uma mudança na estrutura social e na forma de pensamento, só que de forma lenta. Mesmo assim as mulheres têm frequentado mais os espaços públicos, ou seja, conquistando os mesmos, visto que por muito tempo lhes foram negadas.

A evolução da participação das mulheres no parlamento cabo-verdiano, no regime democrático, tem sido positiva, embora tímida. Em 1991 cerca de 3% das cadeiras do parlamento, era ocupado pelas mulheres e em 2016 o número de mulheres que ocupavam as cadeiras no parlamento cabo verdiano é de 23,6%. Essas percentagens ainda são muito baixas, porque segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística - INE, a maioria da população cabo-verdiana é do sexo feminino. Portanto, ainda é preciso um caminho longo para que as mulheres cabo-verdianas alcancem igualdade de representação perante os homens chegando numa percentagem maior e assim contribuir na tomada de decisão no parlamento.

Como apresentado até aqui é visível o incentivo à participação da mulher na política em Cabo Verde nos últimos dez anos, pois se operou algumas mudanças e se implementou certas medidas importantes que incentivam à participação das mesmas nas esferas públicas nacionais. No entanto, ainda não se atingiu a paridade de gênero. Constata-se que houve uma evolução positiva no que diz respeito aos direitos civis, sociais, culturais e políticos em Cabo Verde.

O arquipélago passou por um processo de cinco mandatos até o presente ano, neste contexto a população cabo verdiana sempre elegeu os mesmos partidos, como PAICV e MPD, ciente da existência de outros partidos políticos tais como: União Cabo-

verdiana Independente e Democrática (UCID-1977), Partido da Renovação Democrática (PRD-2000), Partido da Convergência Democrática (PCD-1994), Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS- finais de nós 90), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Democrata Cristão (PDC), sendo esses dois últimos, ainda com menos relevância nacional.

De forma geral podemos destacar que houve paridade política num dos mandatos durante esse período. A nível mundial somente três países tinham constatado a dita paridade política, especificamente a Finlândia (62,5%), Cabo Verde (52,9%) e Suécia (52,2%). Na Finlândia, dos 16 cargos de ministro, 10 foram ocupados por mulheres, enquanto a Suécia conferiu 12 ministras em 23 ministérios. Nos países de língua oficial portuguesa, Cabo Verde segue-se Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Angola, Brasil, Timor-Leste, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe (CABO..., 2015).

Em 2008 o país se encontrava no governo de Primeiro Ministro Doutor José Maria Neves do PAICV na qual elenco governamental estava composto por dezenove ministros, sendo dez mulheres ministras e nove homens ministros. Foi único cenário de paridade política em Cabo Verde e igualdade de representatividade. No elenco atual, governado pelo Primeiro Ministro Doutor José Ulisses de Pina Correia Silva MPD, a disparidade de gênero é gritante, pois dos doze ministros, três mulheres e nove homens (MULHERES..., 2016).

Como base no elenco governamental citados acima, que são os cargos da ordem executiva, o quadro dos ministros políticos durante o período de estudo consta da seguinte forma:

No mandato do PAICV, no período de 2001-2016, evidencia a paridade política em Cabo Verde. Os presentes elencos depararam com as seguintes composições ministeriais e os seus respectivos cargos: Primeiro Ministro Dr. José Maria Neves, (Ministro da Infraestrutura e Economia Marítima), Dra. Maria Cristina Lopes Almeida Fontes Lima, (Ministra Adjunta e da Saúde), Dra. Cristina Isabel Lopes da Silva Monteiro, (Ministra das Finanças e do Planeamento), Dra. Janira Isabel Fonseca Hopffer Almada, (Ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos), Dra. Leonesa Fortes (Ministra do Turismo, Investimento e Desenvolvimento Salarial), Dra. Fernanda Maria de Brito Marques (Ministra da Educação e Desporto), Dra. Cristina Fontes (Ministra da Reforma do Estado e da Defesa Nacional), Dra. Marisa Morais (Ministra da justiça), Dra. Fátima Filho (Ministra



da Economia, Crescimento e Competitividade), Dra. Sara Lopes (Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento de Território) e Dra. Vera Neves (Ministra do Trabalho Formação Profissional e Solidariedade Social). Com base nestes dados podemos constatar que Cabo Verde conseguiu ser destaque na Comunidade dos Países da Língua Portuguesa e no mundo, conquistando uma luta que ainda precisa ser mudado.

Quanto à composição da atual elenco governamental liderado pela MPD Destacaremos seguintes compositores por funções: Primeiro Ministro Dr. José Ulisses de Pina Correia e Silva, Dr. Olavo Avelino Garcia Correia (Ministro das Finanças), Dr. José da Silva Gonçalves ( Ministro da Economia e Emprego), Dr. Paulo Augusto Costa Rocha (Ministro da Administração Interna), Dr. Luís Filipe Tavares (Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e Ministro da Defesa), Dr. Fernando Elísio Freire (Ministro dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto), Dra. Janine Lélis (Ministra de Justiça e Trabalho), Dra. Maritza Rosabal Peña( Ministra da Educação e Ministra da Família e Inclusão Social), Dr. Abraão Vicente ( Ministro da Cultura e Indústrias Criativas), Dr. Arlindo do Rosário (Ministro da Saúde e da Segurança), Dr. Gilberto Silva (Ministro da Agricultura e Ambiente), e Dra. Eunice Silva (Ministra da Infraestrutura e Habitação) (CABO VERDE, 2016).

Entretanto, no que tange a realidade política eleitoral, as mulheres como votantes representam a percentagem mais elevada, mas essa maioria não consta na participação das tomadas das decisões.

Diante do quadro caracterizado, a pesquisa parte das seguintes questões: por que ainda persiste certa desigualdade de gênero nas esferas públicas da política ou no protagonismo das tomadas das decisões, considerando que em outras esferas da vida pública as mulheres têm alcançado mais poder? O que pensam as mulheres sobre a desigualdade de gênero na política? Quais têm sido as ações políticas das mulheres para reverter à desigualdade de gênero na política nesses últimos dez anos?

## **2 DISCUSSÕES BIBLIOGRÁFICAS**

Os debates sobre a participação feminina na política na África em geral, abordam que existe um déficit notório em relação a participação das mulheres neste

continente. Alguns países africanos têm se mobilizado para que haja maior participação das mulheres na política e principalmente nos lugares elegíveis. Apontam que os partidos políticos são um dos fatores dessa fraca participação e consequentemente representatividade, pois não favorecem mecanismos, ou eles são fracos para que haja maior participação (SANTOS, 2016).

Mazrui e Christophe Wondji (2010), no artigo, A evolução relativa aos papéis dos homens e mulheres, evidencia que após 1935, as mulheres e os homens tinham as suas atribuições. Acreditava-se que Deus fez a mulher guardiã do fogo, da água e da terra<sup>3</sup>. Fica nítido o papel que cada um desempenhava, sendo as mulheres africanas com triplo papel a cumprir, ou seja, desde muito cedo as mulheres começaram a serem sobrecarregadas com os trabalhos domésticos, servindo de barreiras para que as mesmas participassem das outras atividades.

Esses autores ainda revelam que em 1930, muitos homens tiveram que deixar suas famílias a procura do trabalho assalariado, isso influenciou na divisão sexual de trabalho. Com a ausência do marido, as mulheres africanas tiveram um papel importante na agricultura, pois tiveram que cuidar da terra. Porém, com o passar do tempo esse papel tradicional estava sendo ameaçado com o surgimento de novas técnicas introduzidas pelos colonizadores que interferiram nas relações entre os sexos, pois o uso da enxada mantinha as mulheres no centro da produção agrícola e com o surgimento de novas tecnologias, as mulheres perderam parte do poder que tinham até então.

A educação colonial foi outra ameaça sofrida pelas mulheres africanas tradicionais, pois as africanas ocidententalizadas eram mais autônomas e tinham domínio das datilografias em relação às africanas tradicionais. Sendo assim houve uma hierarquia entre ambas, embora a datilografia foi considerada menos importante que o papel das africanas tradicionais, uma vez que eram fonte da produção econômica na agricultura que sustentava a coletividade. De seguida teve o comércio externo que foi a terceira ameaça ao papel tradicional das mulheres no continente africano. Quando o comércio era local, foram as mulheres quem estava nos centros

---

<sup>3</sup> Por ser guardiã do fogo, a mulher provia energia à coletividade. Às mulheres africanas deveriam encontrar lenha e levar enormes feixes e os homens era quem derrubassem, antecipadamente, as grandes árvores de onde iam extrair às lenhas. Como guardiã da água, elas tinham à responsabilidade de levar essa fonte indispensável à família e os homens, perfuravam os poços de água. Por fim, guardiã da terra, onde elas tinham dupla fecundidade, sendo à primeira por gerar vidas e à outra por estar ligada a cultura do solo (MAZRUI; WONDJI, 2010).

das decisões desempenhando a função de comerciantes, entretanto quando houve a expansão das atividades econômicas pelos períodos colonial e pós colonial, excluíram as mulheres das posições centrais da economia internacional. Nesse âmbito podemos notar que as mulheres foram discriminadas e vedadas a uma posição onde elas sempre estavam e foi concebido aos homens (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Ademais os autores argumentam que a desigualdade entre os sexos na vida pública, não está acentuada na economia, pois as mulheres sempre participaram ativamente nesse campo. Todavia elas foram subordinadas pelos homens no campo político, e o autor acredita que isso poderá mudar quando houver um aumento de mulheres na vida militar.

Na monografia de Edmilson Borges Camacho intitulado a participação das mulheres na política em Cabo Verde (1975-2006), publicado em Setembro de 2010, salienta-se que na delimitação em curso, houve um aumento das mulheres na política e nos centros de decisões. Elas representam uma percentagem mais elevada do eleitorado, ou seja, na época da campanha, no momento da elaboração das listas eleitorais, as mulheres são convidadas, mas não se percebe essa representatividade no momento das tomadas de decisões. Nesse contexto há uma sub-representação feminina pelos homens, mas aos poucos elas vêm ocupando os lugares importantes aos lados dos homens. Ainda, o mesmo estudo, salienta que a formação superior das mulheres cabo verdianas é uma das chaves para uma maior participação na vida política, pois só assim será capaz de derrubar as construções patriarcais e terá maior capacidade de liderança. Ele justifica que a baixa participação está presente nas ordens culturais, sociais, econômicas principalmente políticos. Além disso, as mulheres se afastam, visto que não conseguem fazer parte da política e tem outros trabalhos que não as deixam dedicar da vida política.

Outro fator importante destacado pelo autor concerne à lei de quotas “é o facto de apesar de se ter adoptado a medida lei de cotas, esta se tem revelado não muito eficaz na prática” (CAMACHO, 2010, p. 56). Isso significa que o problema em evidência não está por falta de medidas implantadas. Por fim, concordo com o autor na medida em que ele afirma à necessidade de criar mecanismos para obter uma representatividade política igualitária entre os sexos em todas as vertentes na esfera política, desta forma a democracia será efetivamente mantida e configurada.

No livro da Neusa Margarida Lima Ferreira Delgado, intitulado, Desafios da Gestão e Liderança Feminina em Cabo Verde: Como Exercer a Liderança em

Espaços de Identidade Masculina, publicado no ano de 2011, o foco principal da pesquisa é identificar, caracterizar e entender os fatores que contribuem para a eficácia de gestão e liderança da mulher cabo-verdiana nas tomadas de decisões, ou seja, os cargos de chefia, em espaços considerados precisamente dos homens, transformando-se assim num desafio constante para as mulheres a nível mundial e particular, para as mulheres cabo-verdianas. A autora define que,

liderar significa compartilhar objetivos, ouvir sugestões, delegar poder, informar, debater, mobilizar esforços, transformar grupos em verdadeiras equipas. Consequentemente, o incentivo ao crescimento de pessoas torna-se um pressuposto necessário, crescente, importante e valorizado. Os líderes costumam se revelar no exercício da liderança, promovendo a gestão participativa que ultrapassa as fronteiras da empresa e amplia a interação com a sociedade, resultando no aumento da competência profissional de cada colaborador (DELGADO, 2011, p. 66).

Dessa forma a autora advoga que as mulheres são mais flexíveis em termos de abordagem, a sua capacidade de articular os fatos, de motivar e de se adequar ao perfil de cada membro da sua equipa, possibilita para exercer a liderança com eficiência e eficácia, definindo as estratégias e alinhando as pessoas, com vista a atingir os resultados consistentes com a missão e os objetivos da organização (DELGADO, 2011). A autora salienta que mesmo assim as mulheres continuam a ter maiores dificuldades em atingir cargos de poder e ainda com vencimentos inferiores aos homens sendo que se encontram nós mesmos cargos.

A autora faz uma análise de como é ser líder feminino e masculino. Ela evidencia que a primeira usa uma postura centrada na experiência e no conhecimento especializado, onde estuda e analisa as causas nas suas profundidades e conclui suas finalidades, ou seja, a mulher sendo líder usa às posturas técnicas para líder um campo ou cargo e as mulheres usam o lado emocional para manter o entusiasmo e envolvimento dos outros. Mostra ser um líder que delega, sabe comunicar o que pensa, porém ao mesmo tempo é metódica e táctica, com uma preocupação para alcançar resultados de curto prazo, o que lhe poderá dificultar a implantação das suas ações. O líder feminino sabe controlar a imagem que projeta sobre os outros, porém perante seu superior hierárquico poderá apresentar alguma inibição em desenvolver as suas ações de liderança. No entanto o líder em evidência apresenta alguma dificuldade em projetar para os outros o seu conceito de trabalho em equipa, mas desenvolve uma atitude orientada para o consenso, que não é percebida pelos

outros membros da organização e valoriza as ideias e opiniões dos outros e recolhe as suas contribuições como parte do processo de tomada de decisão.

Enquanto que o segundo, o líder masculino, a autora sucinta que o líder masculino possui uma postura estratégica, baseada na objetividade, pensando no futuro, adota uma postura extrovertida e de fácil relacionamento interpessoal, têm controle da imagem que projeta, sendo as suas ações de liderança percebidas por todos como tal planeia. É comunicativo de uma forma metódica. Perante o seu superior hierárquico possui uma postura de controle e o líder masculino também apresenta alguma dificuldade em projetar para os outros o seu conceito de trabalho. Em suma, tanto para o líder feminino tanto masculino (DELGADO, 2011, p. 67), “a eficácia da liderança é conseguida através da conjugação de seis fatores: criar uma visão, desenvolver seguidores, implementar a visão, dar continuidade, alcançar resultados e trabalho de equipa”.

Com base nesses dados Delgado (2011, p. 66) conclui que, “efetivamente, está completamente fora de questão nos dias de hoje pensar no desenvolvimento das organizações e na sua capacidade de atingir a eficiência e eficácia, sem a importante participação ativa das mulheres”, pois tanto homens como as mulheres demonstram as mesmas características para ser líder. Porém mesmo com esses atributos que comprovam os méritos das mulheres, que são capazes de estar em cargos de poder, ainda existe uma resistência em reconhecer o valor profissional das mesmas. Com base nisso:

Os dados do estudo revelam assim que, apesar dos esforços de valorização técnica e profissional da mulher cabo-verdiana, apesar de se registar níveis superiores de sucesso das mulheres nos diferentes níveis de ensino no país, continua a prevalecer uma forte predominância do sexo masculino nos cargos de chefias em Cabo Verde (DELGADO, 2011, p. 69).

Isso se fomenta isso pela fraca participação e desinteresse das mulheres, devido às construções patriarcais e pela forma como os partidos políticos estão estruturados. O que leva a concluir que falta um longo caminho a percorrer, sendo que a colonização foi muito cruel nas formas de construções sociais e estabelecer o lugar entre os sexos.

O meu trabalho cujo tema em evidência tentar preencher uma lacuna social, visto que às existem medidas para incentivar a participação feminina na sociedade cabo verdiana, porém essas medidas não estão sendo tão bem eficaz quanto à

realidade vivenciada. Temos muitas instituições trabalhando em prol a causa feminina como, por exemplo, o ICIEG junto com os partidos políticos, vem procurando meio de tornar a presença e representação da mulher mais significativa no mundo político. Outro ponto que é importante destacar a necessidade de mudar à estrutura política, pois são os homens que fazem às listas eleitorais e são colocaram às mulheres por cumprirem a representatividade prometida, porém dificilmente colocam uma mulher num cargo ou centros de decisões. Os partidos políticos nem sempre colocam o mérito ou competência é em evidência ao escolher um homem ou uma mulher, porque à estrutura política é machista que optam em colocar um homem num lugar em vez de uma mulher pelo fato da construção social de que o lugar da mulher não é na política.

Camacho (2010) nos aborda que uma das formas da liderança e empoderamentos da mulher estão na formação superior, que quanto mais conhecimento às mulheres adquirir mais oportunidades terão em aderir na política e centros das tomadas de decisões. Nessa linha de raciocínio pode salientar que pode haver um distanciamento da política as mulheres que não tiveram acesso às universidades e certamente o espaço político seria ainda mais vedados as mesmas. Foi também nessa perspectiva que as organizações se mobilizam, com fim de fornecer mais oportunidades às mulheres cabo verdianas, promovendo formação e financiamento para que as figuras femininas saiam do mundo doméstico em prol da emancipação e empoderamentos.

A maioria das mulheres cabo verdianas que têm um cargo de chefia no poder, são mulheres de elites econômicas e intelectuais, com um histórico elitista, com influência do pai para à vida política. Isso é um fator que às mulheres poderiam mudar, sendo elas mãe e educadora, usar isso como meio de mostrar as filhas que o lugar das mulheres é onde as filhas decidem e que esse lugar pode ser na vida política, nos centros das tomadas de decisões. Outro fator que precisa ser mudado é à mentalidade das mulheres cabo verdianas e reverter esse olhar de que o campo político é espaço para os homens, e saber que às necessidades de uma mulher, seria mais ideal uma mulher representá-las. Mesmo as mulheres precisam acreditar em elas mesmas e nas outras, pois o gênero feminino é majoritário, deste modo se todas lutarem pela mesma causa certamente a sociedade será mais justa e igualitária. Também venho reforçar a dita lei da paridade, sendo uma discussão que já está sendo articulada onde obriga os partidos promover pelo menos 40% dos cargos elegíveis para as mulheres,

### 3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho tem por justificativa o interesse grande pelo tema da política sobre a perspectiva interseccional do gênero, no âmbito das questões das desigualdades na política partidária e nos espaços de governança e representação. Com a minha inserção na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), pude construir novas percepções e ver o mundo atrás de outras lentes. Comecei a refletir sobre os aspectos sócio-políticos, econômicos, culturais que por sua vez eram muito visíveis na nossa sociedade. Esses aspectos citados manifestaram em diversas vertentes e maneiras a depender do gênero, classe social, raça e sexualidade. A formação me fez questionar a condição de mulher que ocupa uma posição social, que sempre foi menosprezada devido a construção do patriarcalismo, em que as mesmas foram rotuladas como procriadoras. Nessa dominação as mulheres deveriam cuidar da casa, dos filhos e do marido e enquanto os homens iam para o campo trabalhar na agricultura e em outros lugares de destaques, ou seja, as mulheres desde muito cedo foram educadas a ficar em casa e os homens nos espaços públicos.

Com esse trabalho pretende-se contribuir para uma reflexão sobre o ainda persistente patriarcalismo na política de modo que as mulheres possam sair do meio fechado para os espaços públicos, ou seja, para os centros e lugares de tomadas de decisões. Essa temática tem um caráter relevante em inúmeras vertentes, inclusive na ciência política, pois é um assunto que vem sendo muito debatido no mundo, tanto em Cabo Verde como na diáspora. Nessa perspectiva que Alviar Lopes (2014) realça que:

a nível nacional, as discussões muitas vezes presentes nos meios de comunicação, no seio das instituições, onde podemos destacar a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), o Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade Género (ICIEG), que tem trabalhado a questão de gênero nessa área em estudo. No contexto internacional, temos em destaque a Organização das Nações Unidas ONU, com os seus programas específicos com objetivo de conseguir maior inserção das mulheres no campo político e nas restantes áreas desfavorecidas, em quase todas as partes do mundo (LOPES, 2014, p. 2).

Ademais acredito que poderei dar uma contribuição que servirá para outros campos de saberes, para outras pesquisas e responder a problemática existente na sociedade cabo-verdiana principalmente no que tange as desigualdades entre

homens e mulheres.

É de extrema importância falar desse tema porque ao longo do processo da luta pela independência de Cabo Verde sempre teve presença feminina ao lado dos homens, algumas delas até foram no campo da batalha, estiveram em várias frentes, outras fizeram outras demandas. Como afirmou Josefina Chantre que “sem nós não teria havido libertação, nem da Guiné nem de Cabo Verde. Há mulheres heroínas, há mulheres que contribuíram de forma excepcional” (MONTEZINHO, 2015). Essas mulheres não tiveram destaque na história devido a cultura machista, a sociedade valoriza e prioriza os homens e colocam as mulheres numa posição invisível e inferior, por isso o interesse em estudar o tema para entender a participação da mulher na política em Cabo Verde nos últimos dez anos com intuito de analisar se houve algumas mudanças e revelar quem foram as pessoas responsáveis por elas.

Assim, na condição de mulher, negra, cabo-verdiana senti a necessidade de abordar questões que me representasse e fomentar algum tema que relatasse problemáticas do meu país de origem principalmente em um campo que a desigualdade de gênero é visível. Eis o valor pessoal, pois futuramente penso em atuar profissionalmente junto com outras mulheres para dar à nossa contribuição no que tange ao desenvolvimento dos nossos países, representando a nossa classe.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender o processo da participação das mulheres na política Cabo-Verdiana nos últimos dez anos.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ✓ Identificar as mulheres que se destacaram na política cabo-verdiana entre 2006-2016;
- ✓ Levantar as pautas/propostas dessas mulheres separando aquelas que cuidam diretamente das questões das mulheres daquelas que não;
- ✓ Destacar as barreiras que impedem uma maior atuação feminina nos espaços



públicos e centros de decisões.

- ✓ Analisar o impacto das medidas estabelecidas para impulsionar a participação das mulheres.

## 5 QUADROS TEÓRICOS

O estudo que pretendemos realizar irá se fundamentar a partir de alguns conceitos e categorias de análise norteadora, a saber: gênero e suas desigualdades, patriarcado, tomadas de decisões, direito e cidadania, democracia e participação política.

### 5.1 GÊNERO

A questão de gênero é um termo novo e quando se fala sobre o assunto surge diversos pontos em discussão e além disso merece uma atenção particular por ser uma construção social onde é alicerce das relações e representações na sociedade. Com base nisso se usa o discurso de gênero para hierarquizar e estabelecer a dominação entre homens e mulheres. Isso reflete em várias esferas de poder e campos políticos.

O gênero é uma das primeiras formas de dar significado às relações de poder e fomenta, portanto, a forma de dominação, em que se privilegia o homem e se subalterniza a mulher, principalmente no campo institucional na qual existe uma distribuição e articulação de poder. Silva (2013). Nas relações de trabalho, por exemplo, o gênero irá, portanto determinar os cargos de poder, pois em muitas situações em que mulheres e homens com os mesmos cargos ou profissões, ocorrem que os homens ascendem mais que as mulheres configurando um aumento salarial e mais prestígio social. Não é difícil notar que mesmo as mulheres que atuam em espaços públicos, elas dificilmente se encontram nos espaços de poder/ destaque, ou nos lugares das tomadas de decisões.

Andrea Gonçalves Praun (2011), afirma que:

O reconhecimento da diferença entre sexo e gênero é importante porque representa uma ruptura com os modelos utilizados anteriormente nos estudos científicos, nos quais os estereótipos de masculinidade e feminilidade

ressaltam sempre a primazia do homem sobre a mulher. A introdução da categoria gênero nos discursos é fundamental para que se aceite a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito a direitos políticos, econômicos, sociais, familiares e trabalhistas (PRAUN, 2011, p. 55).

No âmbito das construções sobre o que é ser homem e ser mulher, nas sociedades ocidentais se construiu um lugar de feminilidade em oposição a de masculinidade. Assim, as mulheres deveriam limitar os movimentos do corpo, pois sempre foram ensinadas que não se devem sentar de pernas abertas que em outras instâncias, como algo que limita de certo modo os movimentos, o uso de saltos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos ou a saia que desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de se sentar e etc.) enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos. Isso que Bourdieu define como violência simbólica (SILVA, 2013).

Devido às construções patriarcais, sociológicas e ideológicas, ficou marcado que as mulheres deveriam ser um gênero feminino, onde a elas foram vedadas os direitos cívicos, os espaços públicos e foram confinadas aos recintos domésticos.

## 5.2 PATRIARCALISMO

A nossa sociedade está acentuada sob o sistema patriarcal que foi construído desde muito tempo. O presente que nós vivenciamos, é simplesmente o reflexo do nosso antepassado, que veio se reproduzindo até os dias atuais. O patriarcalismo legitimou a dominação entre os sexos e impregnou a divisão e a hierarquização entre homens e mulheres. Nessa estrutura rotulou o extremo masculino sempre como positivo e representou feminino como negativo, isso resultou a exclusão histórica e social das mulheres que foram submetidas a essa conjuntura e ditados os espaços que eram para elas (domésticos) e os espaços negados (públicos e políticos). Silva (2013) revela que as feministas radicais, como eram identificadas, definem o patriarcado como um sistema sexual de poder, com a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família a da divisão sexual do trabalho.

As estruturações do patriarcalismo são tão fortes, que as próprias mulheres reproduzem essa cultura e ficam com remorsos de se expor nos espaços públicos porque naturalizaram que os mesmos não são lugares para elas, ou seja, preferem ficar nos espaços domésticos, cuidando dos filhos, da casa e serem dominadas pelos

homens.

Foi nesta perspectiva que surgiram os movimentos feministas no Ocidente, em que teve maior ressaltos os movimentos que se mobilizaram pelo direito ao sufrágio das mulheres, que ganharam um repertório muito forte no final do século XIX e início do século XX. De acordo com Grossman e Nunes (2014), este movimento veio acelerar o declínio das formas tradicionais do patriarcado, contribuindo para a desconstrução e compreensão do mesmo, dando visibilidade para as trajetórias das mulheres, lutas e conquistas. Barreto (2004) fomenta que, o choque dos movimentos sociais, em particular do feminismo, nas relações entre os sexos, oportunizou o questionamento da heterossexualidade como norma, o que causou uma crise na família patriarcal<sup>4</sup>. A partir daí a configuração social começou a derrubar os modelos tradicionais com mudança notável.

José Aldyr Gonçalves (2009), advoga que:

A presença da mulher no mercado de trabalho remunerado provocou profundas transformações, sobretudo nos últimos vinte e cinco anos do século passado, quando em 1990, mais de 850 milhões delas, num total de 41% do universo de 15 anos ou mais, figuravam como economicamente ativas no mundo, respondendo por 32,1% da força de trabalho em termos globais.

Sendo assim, a participação da mulher nos trabalhos fora de casa, influenciou a vontade de estar em outras vertentes, principalmente na vida política, embora esse interesse e preocupação ainda seja fraco, pois muitas ainda veem esse campo como lugar para os homens. Esse sistema de patriarcalismo está perpetuado nas relações sociais vigentes e, por causa disso, as mulheres ficam com receio de frequentar os espaços de poder, por medo de serem julgadas pela sociedade machista e sexista. O fato de que a política é algo para homem ainda está enraizado no imaginário social das pessoas. Os movimentos sociais, especialmente os feministas vêm trabalhando fortemente nisso, com foco em desconstruir essa visão do lugar das mulheres estruturado ao longo dos séculos pelo patriarcalismo.

---

<sup>4</sup> “Crise por abordar o enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade e dominação exercida pelo homem e toda a complexidade de tal realidade marcando novas estruturas de comportamento no campo político, econômico, cultural e até psicológico, principalmente nos países mais desenvolvidos da América do Norte e da Europa, mas com reflexos estatísticos em países, mesmo não industrializados, nos demais continentes” (GONÇALVES, 2009).

### 5.3 DESIGUALDADES DE GÊNERO

O nosso foco é retratar as desigualdades de género dentro da política cabo verdiana. Como é sabida, ela se fomenta numa hierarquização onde privilegia o homem e subalterniza a mulheres. Essa hierarquização se dá em diferentes esferas, sendo ela pública ou privada. Este se remete a trabalhos domésticos, pois é notável ver mulheres em maioria dos casos, cuidando dos afazeres domésticos, dos filhos, idosos, porém dificilmente ver um homem passar por esse mesmo processo. Na esfera pública a desigualdade se apresenta nos espaços institucionais, na política e os centros das tomadas de decisões. Silva (2013, p. 8) advoga que, “dentre as estruturas que reforçam a reprodução da divisão dos géneros, não podemos deixar de tratar da instituição de Estado, reconhecido como lugar próprio da ação política e uso do poder”. Nessa linha de raciocínio, se conclui que existe uma discriminação entre os géneros, e isso se reflete nas desigualdades salariais, tanto que isso é um assunto que tem chamado a atenção dos cientistas sociais principalmente no que tange às desigualdades visíveis no mundo. Nessa perspectiva, conforme Neusa Lima Delgado,

São apresentadas duas perspectivas teóricas distintas de abordagem deste fenómeno: a teoria do capital humano, filiada no paradigma neoclássico e a abordagem interdisciplinar e as suas potencialidades na explicação do gap salarial entre géneros (Insuficiências do Modelo de Capital Humano na Explicação das Diferenças Salariais entre Géneros: Um Estudo de Caso - Ana Luisa Ribeiro & Manuela Magalhães Hill - WP 96/05 Outubro 1996). Os resultados do estudo sugerem que 76% do total da diferença observada podem ser atribuídas à discriminação (DELGADO, 2011, p. 15).

Embora não seja tão visível, Cabo Verde se encontra entre os países onde há discriminação entre os géneros, com diferencial salarial entre homens e mulheres, mesmo com a evolução e formação das mesmas. E isso só pode ser reflexo de uma sociedade que discrimina as mulheres por serem mulheres.

### 5.4 DIREITOS E CIDADANIA DAS MULHERES

É sabido que todas as cidadãs e cidadãos têm o pleno direito de se manifestar politicamente dentro de uma sociedade quando ela é democrática, e as mulheres não ficam de fora no que tange ao assunto. Atualmente uma das grandes lutas da

Organização das Nações Unidas (ONU) é que esses direitos humanos (participação feminina na política) sejam garantidos.

Nos artigos da Declaração dos Direitos Humanos promulga que:

Artigo 21º:

1- Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios, público do seu país quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2- Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

3- A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto (UNITED NATIONS..., 2016).

Essas leis garantem e preservam os direitos e cidadania dos seres humanos, de qualquer inviolabilidade dos países ou partidos políticos e com base neste artigo, o povo têm direito livremente de participar da vida política, independentemente dos sexos, pois todo mundo é igual perante a lei.

Para Adélsia Duarte (2012):

O Direito geralmente é definido, como sendo o conjunto de normas dotadas de poder institucionalizado de coerção, que regula a vida social. Uma outra forma de entender o Direito, é pensá-lo como o conjunto de direitos e obrigações dos cidadãos e das pessoas jurídicas que o Estado reconhece e assegura. Em qualquer das duas hipóteses, podemos pensar o direito ou como criação do Estado, ou, inversamente, o estado como criatura do direito (DUARTE, 2012, p. 8).

Neste prisma é notável que os direitos de participação na vida política é um direito e dever de todos os indivíduos dentro de um determinado Estado ou sociedade, mas as mulheres muitas das vezes não gozam desse direito, uma vez que, na estrutura social, a política é visto como cargo ou posição que deve ser ocupado apenas pelos homens.

Edmilson Borges Camacho informa que:

Os primeiros países a reconhecerem às mulheres o direito de votar e serem eleitas foram Nova Zelândia, em 1893 e a Austrália em 1902, restrito em ambos os casos, a um grupo limitado de mulheres. Ainda em 1900, em país nenhum havia sufrágio universal e até 1914 essa faculdade apenas havia na Austrália, Finlândia e Noruega. Contudo, esse direito estava reservado a determinados círculos sociais das quais as mulheres estavam excluídas (CAMACHO, 2010, p. 24).

Esses países reconhecerem esses direitos há mais de um século, mas ainda são abstratos, porque eram e continuam sendo muito restritos, e isso deve estar na origem da baixa percentagem das mulheres atuando no campo político e na estruturação da política, o que mostra a desigualdade do gênero nesse campo.

No caso de Cabo Verde, as mulheres conquistaram esse direito à política com a independência em 1975 e passaram a usufruir de alguns direitos legais, como é o caso do direito de votar nas eleições. Cabo Verde viria a aderir à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW)<sup>5</sup>. Esses direitos legais foram logo promulgados na Constituição da república em 1992, no artigo 54º *“todos os cidadãos têm direito de participar na vida política diretamente e através de representantes livremente eleitos (CABO VERDE, 1993)*. Isso deu liberdade política a todos os cidadãos de participar da vida política, sendo para votar ou ser votado e organizar partidos políticos.

Para o combate desses tipos de ideologias discriminatórias, muitos Estados, instituições, movimentos sociais vem trabalhando fortemente com intuito de desconstruir esses tipos de pensamentos e garantir o empoderamento feminino e humanização das sociedades. Diante disso salientamos a importância da medida implementada pela ONU, no qual os países que nas suas representações parlamentares conseguiu ocupar pelo menos por 25% de pessoas de sexo feminino terá uma premiação. É claro que Cabo Verde não podia deixar de fora a análise dessa problemática para o seu parlamento, visto que a participação feminina na política tornou-se um dos principais desafios da política moderna cabo verdiana.

## 5.5 DEMOCRACIA

A democracia geralmente é entendida como uma ação em que todos os indivíduos têm a oportunidade, liberdade e direito de participar dela. Normalmente, é usada em várias situações de forma que permite respeitar as diferentes decisões e

---

<sup>5</sup> Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher é um tratado internacional aprovado em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual foi elaborado como uma declaração internacional de direitos das mulheres, que entrou em vigor em 3 de setembro de 1981 e foi ratificada por 188 Estados. A Convenção é constituída por um preâmbulo e 30 artigos, sendo que 16 deles contemplam direitos substantivos que devem ser respeitados, protegidos, garantidos e promovidos pelo Estado. Em seu artigo 1º, a Convenção define a discriminação contra a mulher (OBSERVATÓRIO..., [200-?]).

pontos de vistas. Atualmente o mundo é considerado democrático, embora em alguns países presenciou golpe de Estado e isso implica que esse regime seja consolidada.

A democracia, no sentido etimológico da palavra, significa governo do povo ou governo da maioria, ou seja, ela é mobilizada pela soberania popular, é o povo que escolhe o seu governo e os seus representantes. Desta forma, ela possui um conceito vasto e está em constante progresso, ela pode ser direta ou indireta. Grasiela Grosselli e Orides Mezzaroba (2011) considera que a democracia indireta ou representativa surgiu no século XVIII, devido a complexidade das sociedades modernas e impossibilitou a presença da democracia direta. Neste âmbito a democracia representativa vigorou no final XIX e início do século XX, no contexto do sufrágio universal. Desse modo Grosselli e Mezzaroba (2011, p. 2) conceituam a democracia como “um regime político que melhor protege e promove os direitos humanos. É definida ainda, como regime fundado na soberania popular, na separação e desconcentração de poderes, com pleno respeito aos direitos humanos”.

Vladimiro Salvador Furtado (2015) sucinta que Cabo Verde é visto como uma referência no continente africano pela sua estabilidade política e regime democrático. Vivenciou a colonização por 500 anos e lutou pela liberdade que foi conquistada em 1975. De seguida mergulhou no regime monopartidário com fortes influências da colônia portuguesa e perdurou até 1991 com a abertura política pluripartidária através das primeiras eleições e do voto secreto em que toda sociedade cabo verdiana tem o direito de participar dela. Nessa ordem de pensamento pode-se afirmar que:

Cabo verde é um país democrático onde todas as camadas sociais participam dela, é um fato irreversível e constata uma compreensão difusa dos cidadãos face à democracia que tende a atribuir maior supremacia à democracia enquanto regime político em detrimento de um apoio mais específico de valorização de instituições políticas concretas (FURTADO, 2015, p. 17).

Sendo assim a sociedade civil mobiliza para o andamento da democracia e é contra qualquer atitude antidemocrática. Esse regime não se encontra consolidado, pois ainda há marcas do colonialismo que privilegia a estrutura familiar como o caso de clientelismo, patronagem e clanismo onde se valoriza as relações familiares e isso tem causado uma recaída na democracia. Em concordância com o Furtado (2015) em Cabo verde os fatores citados acima influenciam a Assembleia Nacional, o Governo, o Partido no Poder e o executivo camarário e isso enfraquece a democracia e a confiança que o povo tem nos poderes institucionais, porém mesmo assim os cabo-

verdianos não estão dispostos a abrir mão desse regime pois acreditam que é a melhor forma de desenvolver o país.

## 5.6 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A participação na vida política é o principal fator para podermos alcançar a possível paridade política entre os sexos e uma visível representatividade nos centros das tomadas de decisões. Para Grosselli e Mezzaroba (2011):

Participar é uma forma de exercer direitos políticos e sociais garantidos pela Constituição. Especificamente, a participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionadas a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objetivo influenciar as decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania (GROSSELI; MEZZAROBA, 2011, p. 4).

Desse modo, pode avaliar que a participação na política é indispensável, visto que além de ser um direito e dever do cidadão, com isso o povo pode escolher os seus representantes, contribuir para o desenvolvimento da nação e além do mais só com a participação ativa dos cidadãos para haver democracia e a dita paridade de gênero.

## 5.7 TOMADA DE DECISÃO

Quando o discurso se refere à tomada de decisões logo se pensa num líder. Líder? Por que não uma líder? Tem-se o mesmo pensamento a cargo de governante, ou seja, ser governante é quem governa e esse termo é associado ao homem e ser governanta é aquela que cuida da casa e remete à mulher. Porque está empregado no imaginário das pessoas o perfil de um líder, principalmente na questão da conduta, ou seja, à masculinidade. Com base nisso Cunha (2003 apud DELGADO, 2011) enfatiza que:

Aqui, verifica-se que as visões estereotipadas existentes acerca dos comportamentos que se esperam e se aceitam de um homem que é gestor e de uma mulher que é gestora, continuam a conceber as posições de gestão mais como características do papel dos homens.



Em Cabo Verde o poder de tomada de decisão na comunidade política, está acentuado no parlamento, pois são nas salas de sessões onde decorrerem debate sobre um determinado assunto e com base na democracia que são tomadas as decisões. As decisões não são centralizadas e nem decididas de uma forma unilateral, mas sim de acordo com a necessidade da parte majoritária atendendo as demandas políticas, sociais, econômicas e culturais do país.

A ONU Mulheres promove a democracia paritária, um regime democrático justo e inclusivo que permite às mulheres liderar e participar de forma substantiva e igualitária da tomada de decisão, junto com os homens, para contribuir com a agenda pública com perspectiva de gênero (ONU MULHERES, [200-?]).

Nessa lente de mobilização, em Cabo Verde, o ICIEG vem trabalhando junto com os partidos políticos para mudar o quadro de sub-representatividade das mulheres, porque no parlamento existem 72 deputados na Assembleia Nacional, onde só 17 são mulheres, apesar constatar um aumento das mesmas nessas instâncias, o quadro ainda precisa ser alterado, por isso a organização tem como o principal objetivo encorajar as mulheres para a política e, sobretudo para os centros das tomadas de decisões.

## **6 METODOLOGIA**

Para o alcance dos objetivos pretendidos nessa proposta de estudo, recorreremos às metodologias qualitativas em que diferentes práticas e técnicas de análise serão combinadas com o objetivo de revelar o tema e o problema em questão.

A escolha desse método se deu pelo fato que nos permite alcançar melhor a realidade que abarca a participação das mulheres na política contemporânea de Cabo Verde. Minayo (2000) afirma que o método qualitativo se preocupa com as questões específicas de uma realidade que não podem ser quantificadas. Com base nisso já realizei leituras e fiz análises de conteúdo a partir das referências bibliográficas indicadas e pesquisadas na biblioteca da instituição e em bases de dados online. Levantei livros e artigos científicos que fomentam o tema, artigos de jornais, revistas, vídeos e outras fontes de pesquisa consideradas viáveis para a análise.

Além disso, irei recorrer a recolha de dados através de questionários que serão

enviados para o e-mail pessoal de cada uma das personagens políticas com destaque nesses últimos 10 anos. O modelo do questionário encontra-se nos anexos. Os questionários foram montados com base no tema da pesquisa, focando nos objetivos específicos do mesmo e serão de autopreenchimento. As pesquisadas terão ao mecanismo de resposta por meio do e-mail e ao termo de consentimento livre e esclarecido que solicita a exposição dos dados fornecidos.<sup>6</sup> Elas irão responder sem interposição da pesquisadora e no material explicitamos a relevância e natureza do trabalho tentando despertar o interesse da entrevistada. Vieira, Castro e Schuch Júnior (2010) destacaram as vantagens e desvantagens das coletas de dados através do questionário e estou ciente dos pontos limitantes, ao mesmo tempo em que é importante reconhecer a importância desse mecanismo de comunicação em situações em que não se pode encontrar fisicamente com as principais depoentes. O questionário será encaminhado as entrevistadas das diferentes posições de cargo no âmbito político, com objetivo de compreender como se desencadeia os processos políticos e conseqüentemente às disparidades de gênero.

Outra parte importante da coleta de dados será nos documentos elaborados pelos órgãos do país e que estejam disponíveis online ou em relatórios publicados pelo governo, organizações não governamentais ou internacionais como a ONU, por exemplo. Esses documentos servirão para extrair informações sobre a evolução da participação das mulheres nos dez últimos anos.

Acredito que as leituras dos trabalhos sobre o tema e as informações que as mulheres irão revelar e também as informações nos documentos ajudarão a explicar essa realidade em cabo Verde.

---

<sup>6</sup> Disponível no apêndice.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Maria. P. S. L. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 1, p. 64-73, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde**. Assembleia Nacional ed. Praia: [s. n.], 1993.
- \_\_\_\_\_. **Elenco governamental**. [Cidade da Praia, Cabo Verde], 2016. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/elenco-governamental>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- CABO Verde é o segundo país do mundo com mais ministras. **TVI 24**, [S. l.], 10 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/internacional/numero-de-ministras/cabo-verde-e-o-segundo-pais-com-mais-ministras#>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- CAMACHO, Edmilson B. **A participação das mulheres na política em Cabo Verde: (1975-2006)**. 2010. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade de Cabo Verde, Praia, 2010.
- DELGADO, Neusa, M. L. **Desafios da gestão e liderança feminina em Cabo Verde: como exercer a liderança em espaços de identidade masculina**. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresa) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011.
- DUARTE, Adelsia J. M. A. **Direitos das mulheres e políticas em Cabo Verde (1991-2011): análise a partir do Plano Nacional de Igualdade Equidade Gênero**. 2012. 53 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2012.
- FURTADO, Vlademiro, S. Cultura política e consolidação democrática em Cabo Verde: um balanço de 24 anos da instauração da democracia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: ESTADO E DEMOCRACIA EM MUDANÇA NO SÉCULO XXI, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/FURTADO-Wlademiro.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- GROSSELLI, Grasiela; MEZZARROBA, Orides. A participação política e suas implicações para a construção de uma cidadania e de uma cultura política democrática. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 20., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFSC, 2011. Disponível em: <[http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/grosselli\\_7.pdf](http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/grosselli_7.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- GROSSMANN Lurdes A.; NUNES Josiane B. A. A importância da participação política das mulheres para a construção de uma nova cidadania. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLITICAS PUBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA, 10., 2014, Santa Cruz. **Anais...** Santa Cruz:

UNISC, 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11847/1675>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

GONÇALVES, José A. O fim do patriarcado. **Webartigo**, [S. l.], 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-fim-do-patriarcalismo/27353/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

JOSEFINA Chantre: o contributo das mulheres para a independência. **Nós Genti Cabo Verde**, [S. l.], 30 set. 2012. Disponível em: <<http://nosgenti.com/josefina-chantre-o-contributo-das-mulheres-para-a-independencia>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

LAKATOS Eva M.; MARCONI Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Alviar D. C. **Participação política feminina em Cabo Verde**: o caso parlamento de 1975-2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Políticas e Relações Internacionais) - Universidade de Cabo Verde, Mindelo, 2014.

LÚCIA Passos – MORABI: criar instrumentos de combate à pobreza. **Nós Genti Cabo Verde**, [S. l.], 28 jul. 2016. Disponível em: <<http://nosgenti.com/corsino-fortes-o-segredo-do-sucesso-dos-cabo-verdianos-e-o-sentido-universalista-que-tem-do-mundo-2/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

MAZRUI, Ali Al'Amin; WONDJI, Christophe. A evolução relativa aos papéis dos homens e das mulheres. In: MAZRUI, Ali Al'Amin; UNESCO. **História geral da África VIII: África desde 1935**. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTEZINHO, Jorge. Mulheres de luta. **Expresso das Ilhas**, [Praia], 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/44399-mulheres-de-luta>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

JOSEFINA Chantre: o contributo das mulheres para a independência. **Nós Genti Cabo Verde**, [S. l.], 30 set. 2012. Disponível em: <<http://nosgenti.com/josefina-chantre-o-contributo-das-mulheres-para-a-independencia>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MULHERES na política de Cabo Verde. [S. l.], 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oq44hKNe9H8&t=443s>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **O Comitê CEDAW**: comitê para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. [S. l.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/o-comite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher>>. Acesso em: 20 set. 2016.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [Genebra], 2016. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2017.

ONU MULHERES. **Liderança e participação política**. [S. l.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao>>. Acesso em: 20 set. 2016.

PRAUN, Andrea G. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, São Luís, v. 1, p. 55-65, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.eletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641/1302>>. Acesso em 20 jun. 2017.

ROCHA, Alda; FERNANDES, Miguel R. As ministras em Cabo Verde. **Revista Única**, Praia, n. 1941, p. 1-10, 2010. Disponível em: <[http://www.governo.cv/documents/as\\_ministras\\_de\\_cabo\\_verde.pdf](http://www.governo.cv/documents/as_ministras_de_cabo_verde.pdf)>. Acesso em 20 set. 2016.

SANTOS, Nélio dos. Participação das mulheres na política africana é discutida em Cabo Verde. **BOL Notícias**, [São Paulo], 22 set. 2016. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2016/09/22/participacao-das-mulheres-na-politica-africana-e-discutida-em-cabo-verde.htm>>. Acesso em: 16 maio 2017.

SILVA, Antônia E. O; MACHADO, C. J. S. Repensando os entraves à participação política feminina com Pierre Bourdieu: In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372204757\\_ARQUIVO\\_TrabalhocompletoFazendogenero10.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372204757_ARQUIVO_TrabalhocompletoFazendogenero10.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2017.

THE WORLD BANK. **Cabo Verde: aspectos gerais**. Dakar, Senegal, 2016. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>>. Acesso em: 16 maio 2017.

VIEIRA, Henrique C.; CASTRO, Aline E.; SCHUCH JÚNIOR, Vítor F. O uso de questionários via e mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 13., 2010, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/famat/viali/tic\\_literatura/artigos/outras/questionarios.pdf](http://www.pucrs.br/famat/viali/tic_literatura/artigos/outras/questionarios.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2017.

## APÊNDICE

Ministério da Educação  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Instituto de Humanidades e Letras – Bachareladas em Humanidades  
Campus do Malês – São Francisco do Conde – Bahia.

**Orientadora:** Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira

**E-mail:** mariacardoso28@unilab.edu.br

**Contato da instituição:** + 55 (71) 3651.8250

**Orientanda:** Lenira Mendes Monteiro Gonçalves

**E-mail:** leniramgoncalves@gmail.com

**Contato:** + 55 (71) 9927.1855

Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Humanidades

**Tema da pesquisa:** A participação das mulheres na política em Cabo Verde.

Prezada entrevistado (a).

O questionário abaixado visa compreender o ponto de vista das mulheres para na participação política em Cabo Verde e nas tomadas de decisões. Utilizo a metodologia da pesquisa qualitativa com perguntas estruturadas conforme os objetivos da investigação que estou realizando. Portanto, fique a vontade e utilize o espaço que for necessário para responder às questões. Não há limite e linhas para as respostas.

1) GRUPO I

a) Nome completo (opcional)

b) Qual cargo você exerce ou exerceu?

c) Estado civil:

d) Tem filhos (as)?

e) Fale um pouco sobre sua família.

f) Como foi sua infância e juventude?

g) Relate um pouco sobre trajetória de formação profissional e/ou acadêmica.

2) GRUPO II

h) Quais foram os motivos para a sua adesão na política?

i) Quais pessoas foram influentes para a sua vocação política?

j) Você poderia falar da sua formação política? Que pessoas, leituras, contextos etc. contribuíram para a sua formação?



k) Houve alguma mudança na sua vida com a entrada na política? Cite-os.

l) Quais são as dificuldades e vantagens como mulher de atuar nesse campo?

3) Sobre a sua atuação nas tomadas de decisões.

a) Como ocorre o processo de tomadas das decisões?

b) Quais critérios são utilizados para a participação nas comissões?

c) Quantas mulheres estão nas tomadas de decisões?

d) Quais propostas apresentadas por você foram acatadas? Quais não foram?  
Qual a razão para negá-las?

3) Sobre os motivos que influenciaram para uma menor participação feminina no setor político.

a) Como uma participante nesse campo, enumere quais são os motivos para uma menor participação feminina no mesmo.

b) Por que e como que deles influenciam para uma menor participação?

4) Sobre a problemática do empoderamento das mulheres na sociedade cabo-verdiana.

a) Quais são os obstáculos que impedem uma maior participação feminina?

b) No seu ponto de vista, o que deve ser feito para estimular uma maior participação?

c) Como impulsionar o empoderamento das mulheres na sociedade cabo-verdiana?

d) Acreditas que as mulheres estão ou não aptas para exercer cargos de poder e tomadas de decisões em prol do empoderamento?

e) Os mecanismos empregados produziram resultados esperados? Como por exemplos a lei das quotas? E entre outros?

Desde já, agradeço a vossa disponibilidade e atenção. Creio que as vossas contribuições vão me ajudar bastante na nossa pesquisa e se tiver algo para acrescentar ou alguma referência que possa enriquecer esse trabalho, nós seremos muito grata. Aguardo.